



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

**CARF**

<b>Processo nº</b>	11080.911725/2012-41
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3301-006.361 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	17 de junho de 2019
<b>Recorrente</b>	COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)**

Período de apuração: 01/04/2011 a 30/04/2011

PER/DCOMP. PAGAMENTO A MAIOR. DESPACHO ELETRÔNICO. SALDO NÃO UTILIZADO.

Constatada a existência de saldo disponível para compensar débito declarado em DCOMP, há que se reformar a decisão de primeiro grau denegatória e autorizar a compensação até o valor do saldo disponível.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Winderley Morias Pereira - Presidente.

(assinado digitalmente)

Marco Antonio Marinho Nunes - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Winderley Morais Pereira (presidente da turma), Valcir Gassen (vice-presidente), Liziane Angelotti Meira, Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Salvador Cândido Brandão Júnior, Ari Vendramini, Marco Antonio Marinho Nunes e Semíramis de Oliveira Duro.

## Relatório

Cuida-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão nº **09-56.226 - 2ª Turma da DRJ/JFA**, que manteve o Despacho Decisório com o numero de rastreamento nº **040166768**, por intermédio do qual não foi homologada a compensação declarada no PER/DOMP nº **28520.43185.231211.1.3.04-4745**.

Na referida declaração de compensação, objeto do PER/DOMP nº **28520.43185.231211.1.3.04-4745**, o crédito pleiteado teria como gênese pagamento indevido ou a maior de **Cofins não-cumulativa** (código da receita: **5856**), período de apuração **04/2011**, data de arrecadação **25/05/2011**, no valor de **R\$ 5.105.417,32**, sendo o saldo credor referente a este

pagamento o valor de **R\$ 203.189,39**, usado na compensação de Cofins não-cumulativa (código de receita 5856), período de apuração 11/2011, no valor de R\$ 216.762,44.

Para complementar os fatos, reproduzo, a seguir, o relatório constante da decisão de primeira instância, que adoto e ao qual farei as devidas adições:

### **Relatório**

O interessado transmitiu a Dcomp nº 28520.43185.231211.1.3.04-4745, visando compensar os débitos nela declarados, com crédito oriundo de pagamento a maior, código 5856, efetuado em 25/05/2011 no valor de R\$ 5.105.417,32;

A DRF-Porto Alegre/RS emitiu Despacho Decisório eletrônico, no qual não reconhece o direito creditório e não homologa as compensações pleiteadas;

A empresa apresenta manifestação de inconformidade, na qual alega, em síntese que retificou a DCTF e quitou o débito declarado com excesso de pagamento e/ou depósito judicial;

É o breve relatório.

Regularmente processada a Manifestação de Inconformidade apresentada, a 2<sup>a</sup> Turma da DRJ/JFA, por unanimidade de votos, julgou improcedente o recurso, conforme Acórdão nº 09-56.226, datado de 07/01/2015, cuja ementa e voto reproduzo a seguir:

### **Ementa**

**Assunto: Normas de Administração Tributária**

Ano-calendário: 2011

COMPENSAÇÃO.

Não existindo crédito suficiente a compensação declarada não pode ser homologada.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

\*\*\*

### **Voto**

A manifestação de inconformidade é tempestiva e preenche os requisitos de admissibilidade, assim dela conheço.

A empresa retificou a DCTF do mês abril-11 em 29/08/2012 alterando o débito do código 5856 para o valor de R\$ 5.911.115,76. Com esse valor do débito, do pagamento efetuado em 25/05/2011 no valor de R\$ 5.105.417,32, passaria a existir, segundo ela, um saldo a restituir ou a ser usado em compensação no valor de R\$ 203.189,39.

No entanto, em 19/08/2013 ela retificou novamente a DCTF do período e desta feita declarou débito do código 5856 no valor de R\$ 6.337.365,64. Essa DCTF retificadora recebeu o nº 100.2011.2013.1821.2282.08 (recibo nº 17.10.69.61.27.01).

Tendo em vista essa última retificação da DCTF, não existe saldo a restituir ou a ser usado em compensação em relação ao pagamento efetuado em 25/05/2011, código 5856, valor de R\$ 5.105.417,32, existindo na verdade, saldo a pagar.

Pelo exposto, voto pela improcedência da manifestação de inconformidade, pelo não reconhecimento do direito creditório e pela não homologação das compensações pleiteadas.

Cientificada do julgamento de primeiro grau, a contribuinte apresenta Recurso Voluntário, nos seguintes termos:

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Juiz de Fora (MG) através do acórdão n.º 09-56.226 da 2<sup>a</sup> Turma entendeu que a última retificação da DCTF da competência Abril/2011, apresentada em 19/08/2013 e validada pelo recibo n.º 17.10.69.61.27.01, eliminou o crédito declarado no Per/Dcomp n.º 28520.43185.231211.1.3.04.4745. O entendimento está equivocado, pois a própria DCTF retificadora entregue em 19/08/2013 evidencia que do DARF no valor total de R\$ 5.105.417,32 (DARF este que foi a base para emissão do Per/Dcomp) apenas R\$ 4.902.227,93 foi utilizado para pagamento do débito da competência abril/2011, portanto, restou R\$ 203.189,39 pago a maior, que foi objeto do Per/Dcomp referido apresentado em 23/12/2011. Abaixo demonstramos o valor do débito de COFINS do mês de abril/2011 e a forma como o mesmo foi pago, ficando claramente evidenciado o pagamento a maior de R\$ 203.189,39.

- A DCTF apresentada em 19/08/2013 sob o número 17.10.69.61.27-01 accusa um débito no código 5856 de R\$ 6.337.365,64. Este débito foi liquidado conforme abaixo:

- Depósito Judicial n.º 0652635000014350 código 7498	R\$ 753.093,42;
- Depósito Judicial n.º 0652635000014350 código 7498	R\$ 249.898,08;
- Depósito Judicial n.º 0652635000014350 código 7498	R\$ 5.896,33;
- DARF código 5856	R\$ 426.249,88;
- DARF código 5856	R\$ 5.105.417,32
<b>- Total dos Pagamentos</b>	<b>R\$ 6.540.555,03</b>
- Valor Pago a Maior	R\$ 203.189,39

- O DARF de valor original R\$ 426.249,88 foi pago em atraso, apresentando valor total recolhido de R\$ 500.417,36.

- O DARF de R\$ 5.105.417,32 foi escriturado na DCTF com o valor pago do débito de R\$ 4.902.227,93, ou seja, ficou evidenciado na DCTF a existência de um pagamento a maior de R\$ 203.189,39, conforme pode ser verificado no Anexo 2.

- O valor de R\$ 203.189,39 pago a maior em 25/05/2011 atualizado pela SELIC até 23/12/2011, data da compensação, resulta no valor de R\$ 216.762,44 que foi o valor efetivamente compensado através do Per/Dcomp.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Marco Antonio Marinho Nunes, Relator.

O recurso é tempestivo e atende aos demais pressupostos de admissibilidade, devendo, por tais razões, ser conhecido.

A Recorrente, em seu recurso, reitera ter crédito originário de pagamento a maior de **Cofins** do período de apuração **04/2011**, no valor originário de **R\$ 203.189,39**, diferença entre o pagamento no montante de **R\$ 5.105.417,32** e o seu valor utilizado para quitação do respectivo débito em DCTF, **R\$ 4.902.227,93**.

A DRJ julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade o fundamento de que, em 19/08/2013, e, portanto, após a apresentação do recurso, a Recorrente teria novamente retificado sua DCTF do período, ocasião em que declarou débito do código 5856 no valor de R\$ 6.337.365,64, conforme DCTF retificadora de nº 100.2011.2013.1821.2282.08 (recibo nº 17.10.69.61.27.01).

Dessa forma, segundo o órgão julgador *a quo*, após essa última retificação da DCTF, não existiria saldo a restituir ou a ser usado em compensação em relação ao pagamento efetuado em 25/05/2011, código 5856, valor de R\$ 5.105.417,32, existindo na verdade, saldo a pagar.

Passo a analisar.

Antes de ser exarado o Despacho Decisório destes autos, a Recorrente retificou sua DCTF para ajustar o valor do débito a que se refere o crédito pleiteado. Para isso, valeu-se da DCTF retificadora nº 1002.011.2011.1811187700, transmitida em 29/08/2012, conforme reprodução a seguir:

<b>DCTF / MENSAL COFINS - ABRIL/2011</b>	
DÉBITO APURADO	5.911.115,76
CRÉDITOS VINCULADOS	
- Pagamento	(4.902.227,93)
- Suspensão	(1.008.887,83)
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	(5.911.115,76)
SALDO A PAGAR	0,00
<b>Dados do DARF</b>	
Período de Apuração	30/04/2011
Código do Tributo	5856
Vencimento	25/05/2011
Valor do Principal	5.105.417,32
Valor Pago do Débito	4.902.227,93
Saldo de Crédito	203.189,39

Com essa retificação, o pagamento efetuado estaria parcialmente vinculado ao débito em comento, remanescendo o crédito pleiteado, no valor de **R\$ 44.021,68**.

Mesmo diante dessa retificação, em 05/11/2012, foi exarado o Despacho Decisório Eletrônico nº de Rastreamento 040166768, que considerou não homologada a compensação declarada por ausência de crédito disponível do pagamento, em razão de sua alocação integral ao débito correspondente.

A unidade de origem, no preparo dos autos para julgamento em primeiro grau, esclareceu a situação.

Segundo aquele órgão, a DCTF retificadora, apresentada antes da emissão do Despacho Decisório, teve a retificação do débito de código 5856 impedida devido à suspensão manual de parte do débito por liminar em Mandado de Segurança. No entanto, após o tratamento da DCTF retificadora, restou saldo disponível do DARF, conforme consulta aos sistemas informatizados da RFB, anexada à fl. 71.

Em outras palavras, o saldo disponível do DARF apresentado, de acordo com a unidade de origem, corresponde justamente ao valor pleiteado pela Recorrente.

Entretanto, no julgamento da Manifestação de Inconformidade, a DRJ considerou improcedente o Recurso em razão de nova retificação de DCTF, que teria elevado o débito em análise para R\$ 6.337.365,64 (antes era de R\$ 5.911.115,76). Dessa forma, não haveria crédito, mas, sim, saldo a pagar.

Até a análise feita pela DRJ, consubstanciada no Acórdão nº 09-56.226, às fls. 74-76, os presentes autos não se apresentam instruídos com cópia da DCTF retificadora citada nesse julgado, nem telas ou consultas aos sistemas afetos à RFB que dessem embasamento à conclusão do órgão julgador de que "não existe saldo a restituir ou a ser usado em compensação em relação ao pagamento efetuado em 25/05/2011, código 5856, valor de R\$ 5.105.417,32, **existindo na verdade, saldo a pagar**". (negrito)

O que há, sim, até a presente data, é o adequado esclarecimento prestado pela Recorrente em seu Recurso Voluntário de que, mesmo após a retificação mencionada pela DRJ, o pagamento gênese de seu crédito permanece com saldo disponível, tendo em vista a sua utilização parcial para quitação do correspondente débito em DCTF, conforme extrato juntado às fls. 88-89, reproduzido a seguir:

<b>DCTF / MENSAL COFINS - ABRIL/2011</b>			
DÉBITO APURADO		6.337.365,64	
CRÉDITOS VINCULADOS			
- Pagamento		(5.328.477,81)	
- Suspensão		(1.008.887,83)	
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS		(6.337.365,64)	
SALDO A PAGAR		0,00	
<b>Dados do DARF 1</b>		<b>Dados do DARF 2</b>	
Período de Apuração	30/04/2011	Período de Apuração	30/04/2011
Código do Tributo	5856	Código do Tributo	5856
Vencimento	25/05/2011	Vencimento	25/05/2011
Valor do Principal	5.105.417,32	Valor do Principal	426.249,88
Valor Pago do Débito	<b>4.902.227,93</b>	Valor Pago do Débito	426.249,88
Saldo de Crédito	<b>203.189,39</b>	Saldo de Crédito	0,00

Pelo que se vê, tal fato, vinculação parcial de DARF em DCTF, não foi observado pela autoridade julgadora de primeiro grau, razão pela qual manteve a não homologação da compensação.

Em razão das constatações acima, conclui-se ser procedente a alegação da Recorrente quanto ao saldo de R\$ 203.189,39, decorrente de pagamento a maior de Cofins do período de apuração 04/2011, que pode ser utilizado no PER/DCOMP n.º **28520.43185.231211.1.3.04-4745**, e conforme constar do banco de dados da RFB.

Diante do acima exposto, voto por dar provimento ao Recurso Voluntário.

(assinado digitalmente)

Marco Antonio Marinho Nunes